

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES

Em 27 de junho de 1988.

A Sua Excelência o Senhor
Marechal Humberto de Alencar Cas-
telo Branco,
Presidente da República.

Senhor Presidente,

A Convenção de Viena sobre Re-
lações Consulares, resultado da Con-
ferência das Nações Unidas, reunida
em março e abril de 1983 naquela ci-
dade, representou importante passo
para a codificação do Direito Inter-
nacional e para a evolução da insti-
tuição consular, tendo como princi-
pal objetivo a adoção de normas uni-
versais sobre o assunto. A Conven-
ção foi elaborada após prolongadas
discussões em que se esgotaram os
prós e contras de cada problema, nu-
ma Conferência em que dominou a
vontade de encontrar soluções de con-
ciliação e termos de equilíbrio entre
pontos-de-vista às vezes opostos.

2. A Convenção, com setenta e no-
ve artigos e cinco capítulos, tem em
seu Preâmbulo duas importantes cláus-
ulas: na primeira é evidenciado o
propósito de conceder privilégios e
imunidades consulares para assegurar
o eficiente funcionamento das repar-
tições e não para beneficiar indivi-
duos; na segunda, afirma-se que as
regras de Direito Internacional con-
tinuarão a prevalecer sobre a maté-
ria não expressamente regulada pelas
provisões da Convenção.

3. O capítulo I (arts. 2 a 24) trata
de relações consulares em geral, es-
tabelecimento e conduta em relações
consulares e funções do pessoal. O
capítulo II (arts. 25 a 57) refere-se
a facilidades, privilégios e imunidades
da Repartição consular, funcionários
consulares e outros membros da Re-
partição, e faz clara distinção entre
privilégios e imunidades de uma re-
partição consular e dos funcionários
consulares e os do restante do pessoal
empregado. O capítulo III (arts. 58
a 68) trata de consulados honorários.
O capítulo IV (arts. 69 a 73) ocupa-
se dos funcionários consulares que
não exercem cargos de chefia, do exer-
cício de funções consulares por mis-
sões diplomáticas e da situação de
nacionais ou residentes permanentes
do Estado receptor. O capítulo V
(arts. 74 a 79) trata das provisões fi-
nais.

4. No que se refere a funções con-
sulares, objeto do capítulo I, a Con-
venção adotou um sistema de defini-
ção geral, complementada pela discri-
minação das principais atribuições.

5. Cônsules honorários — A Con-
venção trata no capítulo III do regi-
me aplicável aos funcionários consu-
lares honorários e às repartições por
eles dirigidas, regulamentando, pela
primeira vez, matéria que há muito
exigia definições concretas, a exemplo
do que já existe no Reino Unido, Es-
tados Unidos da América e países
nórdicos, que se utilizam amplamen-
te da instituição com grande provei-
to e economia para o erário público.
Foram adotadas duas orientações: no
artigo 58 estão especificados todos os
casos em que o Cônsul honorário, no
desempenho de sua função, goza de
privilégios e imunidades. Os privi-
légios e imunidades mencionados no
artigo 59 e seguintes são inferiores
àqueles concedidos aos funcionários
de carreira.

6. O costume e a prática interna-
cionais não são, e nunca foram, uni-
formes no que concerne aos privilé-

glos e imunidades consulares. Alguns Estados colocam os cônsules junto a eles acreditados no mesmo pé de igualdade com os estrangeiros residentes em seus territórios. Visando a corrigir tal falha, a Convenção, em seu artigo 28, estipulou que o Estado receptor concederá todas as facilidades para o exercício das funções da repartição consular, consagrando o princípio de concessão de facilidades par assegurar-lhe o eficiente funcionamento. A Convenção ocupa-se, ainda, especificamente, da inviolabilidade dos locais consulares e, em seu artigo 30, equipara-os às sedes das missões diplomáticas reproduzindo, *mutatis mutandis*, as disposições da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, já ratificada pelo Brasil. A inviolabilidade pessoal dos funcionários consulares foi também regulamentada, já que a questão é controvertida. A solução adotada pelo artigo 41 foi a da inviolabilidade pessoal, "exceto em caso de crime grave e em decorrência de decisão de autoridade judiciária competente". Na legislação de diversos países, entretanto, a expressão "crime grave" tem sentidos diversos e as penas variam muito, sendo suscetíveis de conduzir a situações de injustiça. Tendo em vista o artigo 41, a Delegação brasileira solicitou que constasse da Ata Final que a expressão "crime grave" significa uma violação da lei penal, punível com a pena cujo máximo seja de, pelo menos, cinco anos de prisão, de conformidade com o Estado de residência.

7. A Convenção em aprêço, de acordo com o artigo 77, entrará em vigor após o depósito do vigésimo segundo instrumento de ratificação ou de adesão junto ao Secretário Geral das Nações Unidas. Até a presente data, quatorze Estados já a ratificaram.

8. Creio, Senhor Presidente, que a Convenção de Viena sobre Relações Consulares merece a aprovação do Poder Legislativo, e, para esse fim junto sete cópias autenticadas de seu texto e um projeto de mensagem, solicitando, se com isso concordar Vossa Excelência, se digne submetê-la ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 66, inciso I, da Constituição Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — Juracy Magalhães